

# Ponta Delgada, capital dos Açores, o pior que poderia acontecer ao governo (2)



Por: Arnaldo Ourique

A pior coisa que poderia acontecer aos governos dos Açores das duas últimas décadas é a dimensão psicológica que pode ocorrer se os açorianos ficarem stressados com a certeza de que a capital dos Açores é Ponta Delgada.

Essa matéria foi durante as primeiras duas décadas muito bem gerida por dois significativos fatores: o primeiro, porque circulava a ideia acriançada de que a unidade regional não tinha capital, pois que os poderes políticos estavam divididos nos três antigos e naturais centros urbanos do arquipélago: a Presidência do Governo em Ponta Delgada, o Parlamento na Horta e o Ministro da República (hoje Representante da República) em Angra do Heroísmo; o segundo, porque os governos de então sempre resistiram à elite micaelense no sentido de concentrar todo o poder em S. Miguel. Bem que os governos do PSD-Açores tentaram implementar os delegados do governo em cada ilha que não conseguiu; bem que tentaram implementar os conselhos de ilha, mas igualmente não o conseguiram. Isto é, as primeiras duas décadas da Autonomia Política conseguiram desviar-se da ideia de uma capital açoriana – porque, embora soubessem que ela existe de facto e formalmente em Ponta Delgada, resistiram a manter uma ideia de unidade regional baseada nas ilhas e não numa ideia de capital que, isso, provocaria muitos dissabores à fraca elite terceirense que, a qualquer momento,

poderia tornar-se forte pela contestação. Além desse modelo de atuação imprimiram outros, designadamente com uma forte descentralização através de múltiplas leis orgânicas, e com secretários regionais de finanças sem demasiada importância comparados com os da cultura e educação, administração pública e forte mobilidade de pessoal.

Já na segunda fase da política açoriana, nas duas últimas décadas, as coisas alteram-se sobremaneira: os governos do Partido Socialista-Açores sempre correram para a comunicação social a defender que não existe capital política nos Açores, e faziam-no, e continuam a fazê-lo, porque o PS alterou o paradigma da política açoriana: destruiu as ideias estatutárias dos três antigos e naturais centros urbanos do arquipélago, fizeram o enterro da ideia dos delegados do governo nas ilhas, prepararam o funeral dos conselhos de ilha e estão a preparar o seu enterro. Destruíram a ideia de unidade regional em favor do conceito comunitário de ilhas de coesão; concentraram sobremaneira os poderes. Uma vista de olhos às atribuições da secretaria regional da administração e finanças, num também novo lugar político de Vice-Presidente, mostram a assustadora centralidade. A administração está bloqueada; o seu pessoal é escravo nas matérias de acessibilidade e mobilidade.

Isto é: enquanto os governos das duas primeiras décadas não tinham motivos para se preocupar demasiado com a questão da capital política dos Açores, por possuírem um paradigma funcional de descentralização e desenvolvimento harmonioso, já os governos das últimas duas décadas “tremem de medo” com a ideia de Ponta Delgada ser a capital, na justa medida em que a sua matriz funcional é de concentração e de desenvolvimento de coesão.

Isto é, ainda: enquanto um não tinha motivos para se preocupar porque a única crítica acertada que se pode fazer era



o de não conseguirem fazer melhor; o outro tem extraordinários motivos para se preocupar porque criou um monstro político ao desfazer os poderes da Assembleia legislativa e do Representante da República, e ao desenvolver as ilhas em função de uma única ilha.

Por isso este Governo Regional, já nesta legislatura, se não nos falha a memória, por duas vezes que teve necessidade de vir a pública dizer a tontice, passo o adjetivo à falta de melhor, de que os Açores não têm capital. O arquipélago tem uma capital e sempre teve, só que agora é uma capital fraca e pouco representativa das populações açorianas; e está a criar, assim paulatinamente, um imbróglho social:

Fraca, porque o poder político olha apenas para esta capital e não olha para todas as ilhas; ou melhor dito: olha para todas as ilhas, mas a régua do seu desenvolvimento é exclusivamente baseada no esquadrão da maior ilha populacional e política. E pouco representativa, porque (para além da abstenção) ninguém nas restantes oito ilhas reconhece o Governo Regional como realmente representante dos seus problemas. E está a criar um imbróglho porque – não é crível que as populações açorianas fiquem toda a vida em silêncio; haverá um dia em que sai-

rão à rua a exigir outro modelo; e, com certeza, esse novo modelo, será diferente, talvez até muito diferente.

Os açorianos não querem apenas ter autogoverno e parlamento, financiamento da insularidade e da ultraperiferia, acesso fiscal e dívida; não querem apenas votar; querem também, e mais ainda, participar ativamente no seu próprio futuro e nas políticas do dia-a-dia através do efetivo poder político, assim como também querem um real desenvolvimento da sua pessoa humana, do seu espaço ilha, enfim, um desenvolvimento harmonioso. Mas as ideias mais recentes mostram exatamente o contrário: agora quer-se diminuir, mais ainda, o parlamento para que seja constituído não por mais, mas por menos, como quem diz antes não prestar com poucos, mais barato, do que não prestar com muitos, esquecendo-se acriançadamente que isso não muda uma única vírgula no sistema de governo, nem na Autonomia, nem nas contas públicas; isso apenas limitará ainda mais o acesso ao poder dos açorianos, já poucos participam e ainda participarão menos, e assim poupa-se no parlamento para que os governos tenham mais receitas disponíveis para coisinhas de política do faz de conta. Assim vão os governos e a elite dominadora.

Raspe no  
que é nosso



20.000€

Ganhe até  
20.000€

com o Jogo Instantâneo  
ganha você e ganha os AÇORES